Click to prove you're human

Reajuste servidores federais 2025 últimas notícias

Foto: Saimo Martins Centenas de trabalhadores da educação no Acre iniciaram uma greve nesta sexta-feira, 16, após deliberação em assembleia organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Acre (Sinteac) na Praça da Revolução. A paralisação atinge mais de 55 escolas em todo o estado e tem como objetivo pressionar a gestão municipal a atender reivindicações que, segundo o sindicato, estão respaldadas em legislações federais ignoradas há anos. A presidente do Sinteac, Rosana Nascimento, afirmou que a pauta prioritária do movimento inclui o reajuste do Piso Nacional do Magistério, recomposição inflacionária para os demais profissionais da educação, pagamento de auxílios alimentação e saúde, além do cumprimento da oratividade prevista em lei. “Temos mais de 55 escolas mobilizadas. A pauta prioritária é o reajuste do piso do magistério e os reajustes inflacionários para os funcionários das escolas, bem como os auxílios alimentação e saúde. Também exigimos o cumprimento da oratividade, que hoje não é respeitada. Os professores têm direito a 8 horas e 33 minutos de oratividade, mas o município só garante 5 horas”, explicou Rosana. A sindicalista destacou que todas as reivindicações têm respaldo legal e não violam a Lei de Responsabilidade Fiscal. “Esses direitos estão previstos em legislações federais, superiores à LRF. O prefeito não paga se não quiser. O próprio prefeito diz que ‘dinheiro tem, falta gestão’, então é hora de cumprir a lei e valorizar os servidores”, afirmou. Rosana Nascimento também convocou os profissionais da educação a aderirem ao movimento grevista. “Ou a categoria vem para a luta, ou o prefeito continuará enganando os trabalhadores. A greve tem que alcançar 100% das escolas. Estamos documentando a deflagração da greve junto ao Ministério do Trabalho, garantindo a legalidade do movimento. Já havíamos decidido na última paralisação, e hoje formalizamos a greve.” plugins premium WordPress O governo federal anunciou oficialmente, nesta semana, a concessão de um reajuste salarial de 9% para os servidores públicos federais. A medida, que começa a valer em maio de 2025, representa um importante avanço nas negociações entre os trabalhadores do funcionalismo e a União. Além do aumento no salário base, o pagamento será feito com retroativos, beneficiando ainda mais os servidores que aguardavam há meses por uma definição. O reajuste atinge diretamente milhares de servidores ativos, aposentados e pensionistas, abrangendo diferentes carreiras e órgãos públicos da administração direta, autárquica e fundacional. Leia mais: IRPF 2025: Como servidores federais podem acessar comprovantes de rendimentos no SouGov.br A demanda por reajuste vinha sendo debatida desde 2020, quando os salários foram congelados em razão da pandemia da COVID-19 e das restrições fiscais impostas pela Lei Complementar 173/2020. Desde então, os sindicatos pressionavam o governo por uma recomposição das perdas inflacionárias acumuladas nos últimos anos. Em 2023 e 2024, algumas categorias chegaram a receber pequenos aumentos ou bônus específicos, mas o novo reajuste de 9% linear é o primeiro de grande impacto desde então. Desde o início de 2023, o governo federal reinstalou as mesas nacionais de negociação permanente com os servidores. O diálogo tem sido a principal ferramenta utilizada para construir soluções salariais e de carreira. O reajuste de 9% valerá para: Servidores ativos da administração pública federal Aposentados e pensionistas com paridade Funcionários de autarquias e fundações Empregados públicos regidos por estatutos específicos Além disso, o aumento se estende a diversas categorias, incluindo professores, técnicos administrativos, analistas, auditores, entre outros cargos da esfera federal. O pagamento do reajuste terá retroatividade a maio, o que significa que os valores acumulados nos meses seguintes à sanção serão pagos de forma integral. Isso representa um reforço significativo nos contracheques dos servidores nos primeiros meses de aplicação. Estima-se que o impacto orçamentário da medida seja da ordem de R$ 12 bilhões anuais, valor que já havia sido previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025. Segundo o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, o reajuste visa corrigir parte das perdas inflacionárias dos últimos anos. Embora o índice de 9% não reponha completamente a inflação acumulada desde 2017, o governo afirma que é um avanço significativo diante das limitações fiscais enfrentadas pelo país. O reajuste também foi anunciado como parte da valorização do serviço público, destacando a importância dos servidores na prestação de serviços essenciais à população brasileira, como saúde, educação, segurança, fiscalização e assistência social. As principais entidades sindicais representativas dos servidores federais receberam o anúncio com cauteloso otimismo. Embora a maioria reconheça que o reajuste de 9% é um passo positivo, muitas categorias apontam que ainda há defasagens salariais significativas. Organizações como o Fonasefe (Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais) e a Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) defendem a continuidade das negociações para que haja recomposições completas e planos de carreira mais atrativos. Há expectativa de que o governo estabeleça um cronograma plurianual de reajustes, com novos aumentos sendo discutidos nos próximos anos, conforme a evolução das contas públicas e da arrecadação federal. A recomposição salarial dos servidores públicos tende a gerar estímulos ao consumo interno, especialmente em setores como comércio, serviços e habitação. Com maior poder de compra, os servidores injetam mais recursos nas economias locais, o que pode contribuir com o crescimento econômico. A valorização dos servidores também tem impacto direto na qualidade do serviço público. Salários mais justos ajudam a melhorar a motivação, a produtividade e a retenção de talentos, evitando a evasão de profissionais qualificados para o setor privado. Imagem: shutterstock.com O novo valor será incluído já na folha salarial de maio de 2025. Os contracheques trarão o valor reajustado e a indicação dos valores retroativos, que serão pagos em parcela única ou de acordo com o cronograma definido pelo Ministério da Fazenda. Os servidores poderão verificar os novos valores e o detalhamento do pagamento por meio dos canais oficiais de consulta, como o Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal (Siape) ou o aplicativo de contracheques dos servidores. Os aposentados e pensionistas que têm paridade com os servidores ativos também serão contemplados. Isso significa que aqueles que se aposentaram sob regras que garantem reajustes iguais aos da ativa terão os mesmos 9% de aumento, com as mesmas datas e retroatividade. Já os que não possuem paridade seguirão com os reajustes calculados com base na inflação oficial (INPC). Apesar do avanço salarial, muitos sindicatos seguem cobrando reestruturações das carreiras públicas, para corrigir distorções entre cargos e garantir maior isonomia. Algumas categorias defendem percentuais de reajuste diferenciados, alegando maior defasagem em relação à inflação acumulada. O governo, no entanto, optou pelo reajuste linear de 9%, alegando necessidade de equilíbrio e justiça na distribuição dos recursos. O reajuste de 9% para servidores federais em 2025 representa uma importante vitória para o funcionalismo público e simboliza a retomada do diálogo entre governo e trabalhadores. Apesar das críticas e das demandas ainda não atendidas, a medida contribui para reduzir perdas inflacionárias, valorizar o serviço público e melhorar o clima institucional. A expectativa é de que novos avanços ocorram ao longo dos próximos anos, com a consolidação de uma política salarial mais estruturada, transparente e justa para os servidores do Brasil. O presidente da Assembleia Legislativa do Acre (Aleac), deputado Nicolau Júnior (Progressistas), anunciou nesta segunda-feira, 19, um pacote de ações que inclui a segunda edição da caravana pela BR-364, rodovia que liga Rio Branco a Cruzeiro do Sul, reajuste salarial para os servidores efetivos da Casa e atualizações sobre o concurso público previsto para 2026. A nova caravana deve reunir os 24 parlamentares da Aleac, que pretendem percorrer novamente trechos da estrada e cobrar providências concretas do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Em entrevista coletiva à imprensa, Nicolau afirmou que a situação da BR-364 é insustentável e compromete diretamente a vida da população. A expectativa da comitiva é articular apoio da bancada federal e levar um novo relatório ao Ministério dos Transportes, em Brasília (DF). “Essa fiscalização que a Assembleia vai fazer junto com a imprensa também, que está sendo convidada, foram convidados todos os nossos deputados federais, todos os nossos senadores, essa preocupação é, de forma geral, levar essa sensibilidade. O governo federal também, que tem mais de 20 anos que a imprensa, eu como político, acompanha a situação dessa estrada. Então, praticamente, ninguém aguenta mais falar nesse assunto. Realmente, a gente quer que tenha um trabalho certo, definitivo, dessa estrada a partir desse ano, na manutenção, na reconstrução, como o governo federal, o Dnit, está colocando, que vai iniciar esse ano”, pontuou. Segundo Nicolau Júnior, a precariedade da estrada, especialmente nos trechos que ligam Rio Branco a municípios como Sena Madureira, Feijó, Tarauacá e Cruzeiro do Sul, prejudica não só o escoamento da produção e a economia local, como também compromete o acesso à saúde pública. “Quem andou nessa estrada no verão do ano passado viu uma condição. E quem andou no inverno, praticamente a estrada se acabou. Então, realmente, quem precisa, todo mundo precisa, andar nessa estrada. A gente sabe que o nosso pensamento, eu enquanto presidente, o pensamento com certeza da classe política, é ligar todo o Acre, economicamente, socialmente. Então é isso que a gente quer fazer. O Acre tem que estar unido”, afirmou. O deputado explicou que a caravana também representa um esforço de união entre os parlamentares estaduais e a bancada federal do Acre, com o objetivo de garantir recursos para a reconstrução da rodovia por meio de emendas parlamentares. “Ninguém tem problema com isso. Essa caravana, eu tenho certeza que ela ajuda também essa união. Como você colocou, pedir essa união da Câmara Federal, pedir essa união do Senado, da Assembleia também, pode fazer a parte dela. A gente está aqui à disposição. A Assembleia tem contribuído muito. Vocês todos lembram que a Assembleia antes não tinha emenda impositiva, hoje a gente já tem. Hoje a gente já destina para instituições carentes, a gente destina para a educação, para a saúde. A gente sabe que isso é uma obra federal e a gente precisa dessa atenção”, declarou. De acordo com Nicolau, o tempo de viagem entre Tarauacá e Rio Branco mais que dobrou nos últimos meses, passando de seis para dez horas, o que dificulta especialmente o transporte de pacientes que dependem do Tratamento Fora de Domicílio (TFD). “Quando a estrada estava boa, ali em novembro, vocês lembram, eram cinco, seis horas de carro. Hoje não. Tarauacá para Rio Branco está dando dez horas. São mais de 700 veículos que andam nessa estrada diariamente. Se não fosse essa estrada ruim, pode ter certeza que iam andar muito mais, aí ia ser uma estrada muito mais movimentada e ia ajudar muito mais esses municípios economicamente”, pontuou. O presidente da Aleac defendeu que o debate sobre a BR-364 seja tratado como uma prioridade, independentemente de disputas eleitorais, e reforçou o papel do Legislativo estadual na cobrança por soluções definitivas. “O pensamento é esse. O pensamento é fazer a segunda caravana e trabalhar essa forma também de união, independente de questões políticas. A questão política é só em 2026. Enquanto isso, a gente tem que se preocupar com essas obras importantes, se preocupar com o povo acreano”, finalizou. Em entrevista ao programa Boa Conversa – Edição Aleac, Nicolau Júnior também confirmou que a Assembleia concederá um novo reajuste salarial aos servidores da Casa ainda em 2025. Segundo ele, a medida é resultado de uma política de valorização implantada desde sua chegada à presidência da Aleac. “Lembrar, em 2019 quando eu entrei, meu primeiro ano como presidente, o servidor aqui estava com mais de nove anos que não tinha um reajuste salarial. Então, naquele momento quando eu entrei, eu comecei a organizar a casa e eu dei o primeiro reajuste depois de nove, foi dez anos, então é muito tempo. E lá pra cá a gente conseguiu, graças a uma organização administrativa, financeiramente conseguiu a cada ano sempre aumentar, dar um reajuste. É 4 vírgula alguma coisa [o reajuste], que é justamente a condição e também sobre a questão da inflação também, que sempre a gente tem que trabalhar isso também para a gente poder estar ali ajudando, mas também com essa organização, essa condição também que eu me preocupo também no pagamento todo mês do nosso servidor, do nosso cargo comissionado, de toda a estrutura que a Casa tem”, explicou. Além do reajuste, o deputado anunciou duas novidades voltadas aos servidores efetivos e aposentados: o acesso digital aos contracheques e o avanço no estudo técnico para a realização de concurso público. “Também uma novidade pro efetivo, pros aposentados, é que vão ter agora o contracheque ali pela internet. Então, cada servidor efetivo que quiser tirar seu contracheque vai estar lá pra poder colocar seus dados e poder tirar. Então isso é também uma novidade, tentando sempre se organizar”, destacou. Por fim, Nicolau informou que uma comissão técnica está fazendo um levantamento para identificar as deficiências de pessoal nos setores da Aleac. A expectativa é que o concurso público da Assembleia seja realizado no ano que vem. “Temos aquela comissão que está fazendo aquele estudo da questão do concurso. Deus quiser, daqui a um tempo estar finalizando para a gente poder saber a dificuldade, a deficiência de cada setor da Assembleia, e, através disso, a gente vai iniciar o estudo, a licitação para a gente poder fazer o nosso concurso também da Assembleia, que vai ser feito no ano que vem”, concluiu. 1 de 1 Servidores da Educação de Rio Branco fazem protesto na manhã desta terça-feira (6) — Foto: Aline Pontes/Rede Amazônica Servidores da Educação de Rio Branco fazem protesto na manhã desta terça-feira (6) — Foto: Aline Pontes/Rede Amazônica Servidores da Secretaria Municipal de Educação (Seme) e da Secretaria Municipal de Saúde (Semsa) fizeram um protesto, na manhã desta terça-feira (6), onde cobravam da prefeitura da capital o pagamento de reajuste salarial. O ato ocorreu em frente à prefeitura de Rio Branco. Segundo um dos organizadores do ato, José Augusto, que é presidente do Sindicato dos Servidores Municipais, o movimento tratou-se de um ato público em defesa dos pisos nacionais dos professores a nível nacional, bem como de profissionais da saúde. "Tem um piso dos agentes de saúde e de endemias, e de um reajuste para os demais que não recebem o piso, e a gente vem fazendo a discussão, mas há uma negativa do prefeito dizendo que a prefeitura está gastando acima do limite prudencial e que precisa fazer uma discussão, precisa cortar gastos", falou. Ainda de acordo com ele, a conversa tida nesta terça não teve avanço. "Nós vamos voltar a conversar com a prefeitura, e vamos brigar pelo piso nacional dos agentes de saúde, dos professores, e por um reajuste para os demais servidores", falou. As pautas da reivindicação preveem, dentre os tópicos: Reposição do índice de reajuste do piso do magistério e do índice inflacionário para professores e funcionários;Auxilio alimentação e auxilio saúde;Cumprimento da hora atividade dos professores;Reajuste nas gratificações da equipe gestora. "Essas pautas não são impeditivas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, pois tratam de leis federais, assim como os auxílios saúde e alimentação, que também não incidem na LRF", frisou Rosana Nascimento, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Acre (Sinteac). Em nota, a prefeitura de Rio Branco afirmou que reconhece e respeita o movimento feito pelas categorias e que compreende que o ato é legítimo para expressar as reivindicações. "Valorizar o servidor é um princípio que orienta suas ações, e continuará empenhada na construção de soluções que fortaleçam a qualidade da educação pública e assegurem melhores condições de trabalho aos nossos educadores", complementou a nota. O documento formaliza 38 acordos firmados pelo MGI, nas mesas de negociação com as carreiras civis do Funcionalismo Público Federal e, com acordos anteriores, garantindo, segundo a ministra, a recomposição salarial para 100% dos servidores ativos, aposentados e pensionistas da União.A medida consolida novos salários aos servidores para 2025 e 2026, que serão feitos conforme a categoria. Em 2023, foi anunciado um reajuste linear de 9%. Neste ano, no entanto, o governo não concedeu novas correções. Segundo o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, isso ocorreu porque "o orçamento já estava fechado".Os reajustes dos salários ocorrerão em duas etapas: janeiro de 2025 e abril de 2026. No ano que vem, os valores serão pagos somente após a aprovação do Orçamento pelo Congresso. A votação ainda não tem data para ocorrer.A última negociação salarial ocorreu em 2015, ainda no governo da presidenta Dilma Rousseff, com impactos que incidiram de 2016 a 2019, a depender das carreiras.Segundo a ministra, com o processo de negociação, os concursos autorizados e a previsão de concurso para o ano que vem, o gasto com pessoal seguirá estável em torno de 2,6% do PIB."Portanto, a gente tem uma estabilidade no gasto com o pessoal e a variação média da despesa com o pessoal da área do Poder Executivo, e ele está totalmente alinhado com o arcabouço, crescendo inclusive abaixo do limite máximo do arcabouço. Do ponto de vista fiscal, estamos respeitando todos os limites, todas as regras fiscais”, disse a ministra.Além do reajuste, a MP trará alterações nas progressões das carreiras e criação de novos cargos. Conforme o governo, 86% das carreiras terão agora 20 níveis diferentes de progressão, antes, essa proporção era de 30%.A decisão da reestruturação por carreira e cargo considerou critérios como a magnitude das perdas inflacionárias e a necessidade de iniciar processos mais amplos de reorganização e racionalização das carreiras. Na maioria das situações, os salários de ingresso tiveram correções menores, enquanto os salários do topo receberam percentuais maiores, de modo a tornar as trajetórias profissionais financeiramente mais atrativas ao longo do ciclo de vida laboral dos servidores.Para algumas carreiras houve redução do salário de ingresso.Comece agora e seja um dos primeiros a garantir a aprovação nos concursos em 2025. Acesse aqui e confira!Governo edital MP e reajuste salário dos servidores (Foto: Marcello Casal Jr./Agência Brasil)Governo enviará MP para criação de carreirasA Medida Provisória trará, além dos reajustes dos servidores, a criação de duas carreiras transversais, que poderão servir a vários órgãos e entidades da Administração Pública Federal.O maior número de novas vagas transformadas estará na Educação, especialmente para atender à criação dos novos institutos federais.A previsão é que a MP crie duas carreiras transversais, sendo elas de: Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa; eDesenvolvimento Socioeconômico."Elas se somam às carreiras transversais já existentes no MGI, a de Analista de Infraestrutura (AIE), Analista Técnico de Políticas Sociais (ATPS), Analista de Tecnologia da Informação (ATI) e Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), para proporcionar aos servidores uma formação mais abrangente e maior mobilidade entre os órgãos da administração federal", cita o governo.As carreiras serão compostas pela criação de 1.500 cargos (750 cada), oriundos da transformação de cargos vagos e obsoletos.Os profissionais terão remuneração a partir de R$9.711 (inicial) , podendo chegar a R$21.070 (final), com 20 níveis de progressão funcional.O órgão supervisor será o MGI, que distribuirá os servidores pelas diversas pastas compatíveis. A expectativa é de um provimento inicial de cerca de 600 a 700 vagas (na soma das duas).Desenvolvimento das Políticas de Justiça e DefesaTem como propósito a execução de atividades de assistência técnica no planejamento, coordenação, implementação e supervisão em projetos e programas inerentes às áreas de justiça, defesa nacional e segurança. Trata-se da primeira carreira civil estruturada a ocupar o Ministério da Defesa e o Gabinete de Segurança Institucional, cujos servidores também poderão atuar em outros Ministérios com políticas afetas às áreas de justiça, defesa e segurança.Desenvolvimento SocioeconômicoTem como foco a execução de atividades de assistência técnica no planejamento, implementação, análise e avaliação de políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento nacional, em especial socioeconômico, regional, urbano e rural, com vistas a qualificar a atuação nessas relevantes áreas do Estado.Ainda conforme as informações, também serão criados, mediante transformação e sem impacto no orçamento: 1 de 1 Vista aérea da Esplanada dos Ministérios em Brasília (DF) em novembro de 2015 — Foto: Ana Volpe/Agência Senado Vista aérea da Esplanada dos Ministérios em Brasília (DF) em novembro de 2015 — Foto: Ana Volpe/Agência Senado Os reajustes acordados com os servidores do governo federal aprovadas ou em discussões no âmbito das Mesas Específicas e Temporárias de Negociação, além das reestruturações de carreiras, contemplaram 98,2% dos servidores do Executivo. A informação foi divulgada nesta segunda-feira (2) pelo Ministério da Gestão e da Inovação. O impacto no orçamento do ano que vem, que já contempla essas tratativas, será de R$ 16 bilhões. Foram fechados, até a semana passada, 45 acordos no âmbito das mesas de negociação específicas pelo Ministério da Gestão (veja a lista mais abaixo nessa reportagem).Os acordos contemplam aumentos salariais para os servidores em 2025 e 2026, com diferentes índices de correção. O secretário de Relações do Trabalho do Ministério da Gestão, José Lopez Feijóo, afirmou que as negociações conduzidas nas mesas específicas foram positivas dentro dos limites orçamentários, contemplando boa parte das reinvindicações. "As demandas ficaram represadas por muito tempo sem reajuste. Certamente as reinvindicações são maiores do que aquilo que foi o resultado dos acordos, mas tenho certeza de que todo os acordos foram positivos, pois repõem a inflação de um período inteiro e contemplam um aumento real", afirmou o secretário José Lopez Feijóo, por meio de nota. O acordo também contemplou um aumento de R$ 200 no auxílio-alimentação. O tíquete passou de R$ 458 para R$ 658 mensais, naquele momento. Neste ano, entretanto os servidores do Executivo não contaram com reajustes salariais. Houve, entretanto: um aumento do auxílio-alimentação, que passou de R$ 658,00 para R$ 1.000,00; alta de 51,1% nos recursos destinados à assistência à saúde suplementar (“auxílio-saúde”); aumento de 51,1% na assistência pré-escolar (“auxílio-creche”), de R$ 321,00 para R$ 484,90, para todos os servidores federais. Governo federal propõe reajuste de 8% para todos servidores do Executivo Negociações para reajustes Mas, acrescentou que a atual gestão não teria "facilidade de recuperar perdas de governo anterior por falta de qualquer reajuste de servidores naquele momento". Acordos fechados nas Mesas Específicas e Temporárias Carreiras da Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAICarreiras da Agência Nacional de Mineração - ANMAnalistas Técnicos de Políticas Sociais - ATPSAnalistas em Tecnologia da Informação - ATIDelegados e Peritos Criminais da Polícia Federal - PFAgentes, Escrivães e Papiloscopistas da Polícia Federal - PF Policiais Rodoviários Federais - PRFAgentes Federais de Execução Penal (Policiais Penais Federais) - PPFAuditores-Fiscais e Analistas Tributários da Receita Federal - RFBEspecialista Federal em Assistência à Execução Penal e Técnico Federal de Apoio à Execução Penal - PPFAnalistas e Técnicos do Banco Central do Brasil - BACENPlano de Carreira dos Cargos de Atividades Técnicas e Auxiliares de Fiscalização Federal Agropecuária - PCTAFAuditores Fiscais Federais Agropecuários - AFFAMagistério Federal - PROIFES FederaçãoPlano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE e PECs Setoriais - FAZENDA, CULTURA, entre outros - ERCECarreiras da Previdência, Saúde e Trabalho - PST / Carreiras do Departamento Nacional de Auditoria do SUS - DENASUS / Agentes de Combate às Endemias - Lei nº 13.026, de 03/09/2014Magistério Federal - ANDES-SN/SINASEFECargos Técnico-Administrativos em Educação - PCCTAECarreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – EPPGGCVM e SUSEPCarreira de Analista de Comércio ExteriorPlano de Carreiras e Cargos do Hospital das Forças Armadas - PCCHFACarreira de Planejamento e OrçamentoCarreiras do IBGECarreiras do IPEACarreiras da PREVICOficiais e Agentes de Inteligência da ABINGrupo DACTAGrupos de Apoio e de Informações da ABINCarreiras do Meio Ambiente - IBAMA, ICMBio e MMAMédicos PeritosTecnologia Militar – PCCTMDNIT – Carreiras e PECINCRA/MDA – PCC Reforma e Desenvolvimento AgrárioPeritos Federais AgráriosAgências ReguladorasFNDE e INEPAssistentes e Oficiais de ChancelariaDiplomatasCarreiras da FIOCRUZCarreiras do INMETROCarreiras do INPICarreiras da Ciência e Tecnologia, do Instituto Evandro Chagas - IEC e do Centro Nacional de Primatas – CENPCarreiras do INSSAnalistas de Infraestrutura - AIE